

UM BOM E VELHO TEMA PARA UM NOVO LIVRO

José Maia Neto Bezerra, *Fugindo, sempre fugindo. Escravidão, fugas escravas na Amazônia Brasileira (1840-1888)*, Teresina: Cancioneiro, 2023. 364 p.

Uma velha afirmação, muito conhecida entre historiadores da escravidão, diz que desde quando os primeiros homens e mulheres africanos foram capturados, trocados e vendidos para serem colocados à força dentro de um navio negreiro em direção ao “Novo Mundo”, formas de resistências diversas e contrárias àquela condição foram ao mesmo tempo forjadas. Uma das mais praticadas formas de resistência foi a fuga.

Os escravizados viviam “fugindo, sempre fugindo”, título do livro de José Maia Bezerra Neto, um profissional veterano e tarimbado, com muitas publicações, livros e reconhecimentos acadêmicos diversos, que traz a público uma parte de sua dissertação de mestrado concluída em 1991.¹

1 Outra parte da dissertação já se encontra disponível em formato de livro há

O livro analisou, por meio de mais de 700 anúncios de escravizados fugidos, através da consulta de alguns jornais da província do Pará,² o “processo de resistência adaptativa dos trabalhadores cativos em seus embates com a dominação senhorial, enfocando as fugas escravas” (p. 27). Adaptativo porque o autor vê nas fugas dos escravizados, mais do que uma negação do regime, ou, como já se disse, uma luta despolitizada contra a escravidão, uma relação que abriu portas e fronteiras para acomodações diversas desses

alguns anos: *Escravidão Negra no Pará (Secs. XVII – XIX)*.

2 Pata o tratamento das fontes o autor usou, inspirado em Gilberto Freyre, um recurso metodológico elaborado pelo autor de *Casa Grande e Senzala*, a anunciologia, discutido em um livro sobre anúncios de escravizados no século XIX. A anunciologia é ponto chave para a compreensão de alguns dos aspectos positivos e negativos do livro aqui resenhado.

escravizados e escravizadas perante os senhores – seja por meio de fugas curtas para rever parentes camaradas, além dos amores, fugas para facilitar a troca de senhor ou de local de moradia ou trabalho, fugas para estabelecer limites sobre o domínio da violência e do corpo, fugas que vislumbravam a troca de territórios ou país visando a liberdade, para nunca mais voltar. Esse é o grande mérito do livro: demonstrar, de forma exaustiva, a multiplicidade de usos dessas estratégias de viver em que os diversos modos de fugir eram calculados pelos agentes que os planejavam.

O ato de sempre fugir legou a historiadores, pesquisadores e curiosos muitas informações mas essa abundância de fontes, contraditoriamente, não gerou obras de maior fôlego sobre essa ação dos escravizados que está, intrinsecamente, relacionada a muitas outras situações do ser escravo no Brasil. É como se o tema, argumenta o autor, estivesse em todos os lugares, mas, ao mesmo tempo, em nenhum, ou não levado até as últimas consequências por quem lhe deu algum tratamento.

O autor reconhece que, antes e depois de sua dissertação, muitos

pesquisadores dedicaram linhas, em maior ou menor número, ao tema da fuga dos escravizados, mas manteve uma insatisfação com os limites explicativos da maior parte dessas abordagens.³ Essa é, ao menos, a resposta que ele deu quando se perguntou, na “Introdução” do livro, o porquê de vinte anos depois da dissertação ficar pronta, publicá-la em forma de livro. Para ele, “há muita pesquisa e pouca publicação”, alguns artigos, mas não livros. A resposta parece insatisfatória,

3 Para o autor, durante muito tempo, pesquisadores trataram um assunto instigante, com muitas entradas e saídas para se entender o cotidiano da dominação escravista, com uma obviedade que o tema não merecia. O volume das fugas escravas, talvez, fez crer que aquela era uma forma de resistência quase que natural, espasmódica e intempestiva, ao regime escravista, portanto não merecia maiores explicações. E, se era tão praticada, mas não mudava ou não derrubava o escravismo, logo era um ato quase desesperado, inconsciente e despolitizado daqueles homens e mulheres. No decorrer da década de 1980, no rastro dos debates políticos propostos pelo Movimento Negro Brasileiro, pelos movimentos pela democracia e de organização dos trabalhadores, intelectuais revisaram o lugar de coadjuvante dos subalternos ao longo da história do Brasil. Esse também é um contexto de evolução e da interlocução internacional da pesquisa no Brasil, proporcionada pelo surgimento dos programas de pós-graduação, que se livravam das amarras do guarda-chuva verde-oliva em que se encontravam os estudos de História, submetidos aos estudos das Ciências Sociais.

já que, normalmente, tomamos conhecimento das pesquisas em História através das publicações.

Muitas situações enfrentadas pelo autor já receberam tratamentos analíticos por historiadores notórios que já se tornaram textos clássicos. As discussões do tema do livro, certamente, eram parte de uma volumosa bibliografia produzida nos anos 1980, que produziu um debate importante no “campo científico” dos historiadores. Aliás, não apenas na “Introdução”, mas ao longo de toda a obra, essa temporalidade fica evidente no número de linhas reservadas pelo autor, de maneira desnecessária, a uma disputa com o que ele define da “teoria do escravo coisa”, criada, segundo ele, pelos estudiosos da “Escola de Sociologia Paulista”. Debate muito marcado e datado nas introduções de livros e dissertações de jovens pesquisadores que disputavam o campo científico à época. Um acerto de contas que já não merece mais tantas laudas em um livro publicado em 2023. Por que, então, resenhar um livro em que muitas das afirmações empíricas expostas já não são mais novidade e tampouco suas contendas historiográficas?

Não há como, e nem por que responder a essa pergunta, que eu

também me fiz. Exceto pelo reconhecimento que mesmo temas clássicos merecem ser revisitados e que, no caso desse livro, poderia ter sido ele mesmo um livro de referência importante para historiadores que elevaram, posteriormente à dissertação gerada em 1991, o assunto das fugas escravas ao patamar de primeira prateleira dos assuntos consumidos pela historiografia da escravidão no Brasil.

“Fugindo, sempre fugindo”, infelizmente, chegou tarde às nossas mãos, mas, ainda assim, deverá ter lugar incontornável entre os historiadores que gostam da história social das comunidades de fugitivos e comunidades volantes do Brasil, pois o livro está cheio de exemplos, de interseções e situações em que eu mesmo me vi comprovando e ampliando meus próprios argumentos de pesquisa no que diz respeito às relações sociais, políticas e econômicas que escravizados em fuga produziram. José Bezerra Neto mostra que havia toda uma vida nas fugas, que não era apenas *fugir, apenas fugir*.

Bezerra Neto nos faz ver que aqueles homens e mulheres não viviam como ratos e baratas, de toca em toca, mas constituíram alianças importantes com poderosos locais, negociações e

cálculos em torno do acoitamento, novas amizades e camaradagens; participaram em rivalidades partidárias no quadro das quais criaram suas próprias independências em meio às lutas políticas dos homens livres e brancos; experimentaram crimes e criminalizações; abriram estradas; criaram comunidades agrícolas negras que comercializavam, trocavam e compravam de comerciantes e população em geral; constituíram novas famílias e reencontraram suas famílias; aprenderam novos ofícios; e alguns souberam viver como livres, a ponto de nenhum de seus vizinhos duvidarem da sua condição. Mas, havia também fugas dentro das fugas – das cadeias, de recrutadores, de ladrões de escravizados (tema que não foi abordado pelo autor), de capitães do mato; das deportações que podiam sofrer; de aplicações e não aplicações de leis, ferrenhas e brandas, contra suas condições de fugitivos. Fugiam até mesmo de seu passado, com trocas de nomes e territórios. Todos esses temas estão expostos, com muitos exemplos, no livro *Fugindo, sempre fugindo...*

O autor tem o mérito de provar que todas essas situações eram processadas e analisadas pelos escravizados

quando pretendiam fugir ou já se encontravam em fuga. Cada tipo de fuga podia ter um fim inesperado, claro, mas no tabuleiro dessa dialética opressiva, e também de dependência dos senhores para com seus escravizados, as fugas moviam peças, algumas vezes já premeditadas no tempo, no espaço e na proporção, bastando, para quem fugia, calcular a possibilidade de atingir seus fins em meio à temporalidade em que a fuga acontecia. Às vezes, os cálculos apontavam para a possibilidade de dar adeus à vida no cativeiro e viver como livre em outro país, outra província, outro distrito, mas, normalmente, essa decisão era tomada de acordo com uma leitura política conjuntural dos sujeitos escravizados para atingir fins pontuais, cotidianos, segundo o autor.

No entanto, de acordo com as conjunturas locais e nacionais, de longa, média e curta duração, o cotidiano podia mudar muito. E mudou bastante dentro do recorte estabelecido pelo autor, isto é, os anos de 1840 até 1888. Algumas conjunturas políticas do século XIX dividem o livro em 3 partes, tendo elas 7 capítulos e exagerados 41 subcapítulos (o que inviabiliza uma resenha mais

pormenorizada, obrigando-me a fazer um percurso mais genérico a respeito da obra). A primeira parte do livro, intitulada “Fugas escravas entre 1840 e 1860”, tem como ponto de partida, principalmente o primeiro capítulo, uma análise de como a primeira metade do século XIX, especialmente os períodos dos movimentos de Independência até a Cabanagem (1835-1840), geraram uma agitação escrava que foi sentida e percebida pelos observadores das elites da época. O aumento das fugas chegou mesmo a fazer historiadores analisarem a diminuição da população de cativos na grande cidade de Belém.

Os escravizados buscavam os matos, mocambos e mesmo as fronteiras para se evadirem após a desorganização política e, consequentemente, escravista, nos anos posteriores ao movimento insurrecional da Cabanagem. José Bezerra Neto descreve como, na década de 1840, proprietários ainda tentavam resgatar escravizados fugidos em decorrência desse movimento. Havia a necessidade, não apenas pela perda produtivo-econômica de muitos cativos, mas pela intranquilidade que pairou entre as elites amazônicas da época,

de manter os escravizados sob *rédea* mais curta. A fragilidade do controle senhorial já era evidente pelo surgimento de tantos quilombos, que foram base social para agrupamentos insurretos de negros, livres e escravizados durante a Cabanagem, e que precisavam ser estancados para não haver um novo Haiti na Amazônia.

Esses senhores tinham um motivo a mais para ter medo dessa sombra da desordem, já que as fronteiras estavam abertas a trocas de experiências políticas e organizativas diversas entre escravizados de alguns países, como as Guianas e Suriname, ligando o Caribe à Amazônia mais facilmente, deixando, desde sempre, a luta escrava como uma luta imediatamente internacionalista. As condições históricas do século XIX acirravam esse bumerangue das trocas políticas, culturais e materiais entre os escravizados “nacionais” e os da Guiana Francesa, por exemplo.

No início do século XIX, a invasão brasileira da Guiana, no rastro da luta entre Portugal e Inglaterra contra a França napoleônica, gerou expectativas e promessas de liberdade de ambos os lados para os que aderissem aos batalhões de guerra. A captura

de cativos, a luta no mesmo batalhão, ou simplesmente a fuga oportunista daqueles escravizados levaram e trouxeram muitas informações entre esses homens de ambos os lados. O conflito naquele espaço gerou uma área de litígio territorial entre os países envolvidos na guerra, chamada de Zona de Contestado, que terminou por virar um território de refúgio de “escravos fugidos, réus da justiça e desertores” (pp. 46-49). Era espaço em que ambos os países temiam violar algum tratado ou acordo, assim, a repressão nessa área era menos insidiosa, permitindo a formação de quilombos multiétnicos e multirraciais, como “polos magnéticos” de sedução para que os cativos se arriscassem na empreitada da fuga (p. 57).

O pós-independência, um outro aspecto conjuntural, fez as fugas terem um perfil mais internacionalizado, já que possibilitou a navegação de países vizinhos no Rio Amazonas. Subir em um navio e se fingir liberto era um dos estratégias escravos usados nas fugas para outros países. A intensa circulação de embarcações fluviais fez com que os rios fossem, em abundância, usados pelos escravizados como rotas de escapatória,

em “montarias” roubadas, ou como contratados passando-se por livres.

Na segunda parte do livro, em que pese uma sequência de abordagens repetitivas, muito parecidas com as da primeira parte e de casos absolutamente parecidos com outros já narrados, o autor tenta relacionar as fugas escravas a uma conjuntura conhecida dos historiadores do abolicionismo. O autor problematiza as fugas escravas em meio a situações históricas como a conjuntura de maior escassez de escravizados do Pará, devido ao fim do tráfico atlântico de africanos, da Guerra do Paraguai, da urbanização e crescimento de uma grande cidade como Belém – cidades, sabe-se, foram palcos históricos importantes dos movimentos abolicionistas –, e dos debates acerca das leis emancipacionistas, como a Lei 2.040, de 1871 (Lei do Ventre Livre).

O texto destaca o frenético movimento de alistamento e recrutamento para o combate da Guerra no Paraguai, sobretudo na cidade de Belém, que, naquela altura, crescia e se desenvolvia, impulsionada pelo plantio de seringais, e atraindo para a capital toda a sorte de gente livre de cor, até mesmo de outras províncias, como os

cearenses. O recrutamento, ao se arremessar sobre essa gente livre de cor, obstaculizou fugas, bem como gerou novas fugas de escravizados que conseguiram se passar por libertos ou livres. Com base na promessa de indenização como contrapartida da alforria dos escravizados que fossem enviados para combate, as fugas se ampliaram. Os escravizados tensionaram essa negociação, o que algumas vezes foi lucrativo para seus senhores que tinham escravizados dados como perdidos. Em alguns casos, nem a promessa de liberdade daqueles que foram “supostos” como livres a fim de serem recrutados conseguiu fazer os escravizados apreendidos em fuga pelo recrutamento aceitarem “morrer pelo Brasil”. Muita vista grossa também foi feita e alguns desses homens foram alistados no batalhão de Voluntários da Pátria e gozaram, de alguma forma, de uma “liberdade” em fuga durante a Guerra.

A conjuntura da aprovação da Lei de 1871, e outras que visavam atenuar as condições opressivas de vida dos escravizados, com foco na prorrogação do sistema escravista, fez com que, mais uma vez, os abolicionistas se encontrassem com as fugas escravas. Muitos cativos foram protegidos por

associações abolicionistas que defendiam os fugitivos através da criminalização dos seus senhores por conta das sevícias e violências sofridas pelos escravizados. Escravizados em fuga, com a ajuda desses *clubs* e associações, tiveram suas matrículas averiguadas para fins de obtenção da liberdade caso os seus senhores não a tivessem feito, como constava na Lei do Ventre Livre.

Um aspecto peculiar das fugas e resistências escravas tratadas no livro, que não foge ao contexto da “Era das Emancipações”, é a República de Cunani. Fruto de um embrolho diplomático de disputas territoriais entre o Brasil e a França, a fundação dessa República possibilitou para os escravizados paraenses o sonho de liberdade. Mesmo a iniciativa tendo sido ridicularizada por jornalistas de Paris e do Brasil, Julio Gros, um intelectual francês que fazia parte da Sociedade Geográfica de Paris – essas entidades típicas da era do imperialismo – decidiu que a Zona Neutra, território do Amapá, em situação de litígio entre os dois países havia algum tempo, deveria ser apossada para si (para a França), se autodeclarando Ministro de Cunani. Atentos à situação, os

homens de cor, pobres, malvistas, que circundavam o território, gozando de alguma liberdade, franquearam apoio à República. Eles pensaram, naquele momento, que sendo a França um país que extinguiu a escravidão em suas colônias, e sendo Gros um francês, Cunani seguiria seu exemplo e os escravizados que lá estivessem seriam libertados (p.196).

Essa história não parecia ser de todo estranha para os escravizados amazônicos, ou que lá residiam, pois o entrecruzar dessas pessoas percorrendo trilhas fronteiriças de emancipação, de país em país, como Suriname (*Bush Negroes*), onde os holandeses reconheceram repúblicas negras, criava uma rede internacionalista entre indígenas, escravizados e foragidos diversos em busca de liberdade, tranquilidade, terra, ou outra coisa dentro de suas estratégias (pp. 195-209).

Na terceira parte, a respeito das fugas e fugitivos nos anos de 1880 até 1888, o movimento abolicionista nos é, enfim, apresentado. Essa parte também tem muitas repetições de casos e situações parecidas, então me deterei apenas naquilo que considerei mais exemplar da análise que o autor propõe, qual seja, analisar o encontro

entre movimento abolicionista e o tema das fugas. É necessário frisar que, nessa parte do livro, as discussões em torno das fugas se sobrepõem à ação, de fato, das fugas, que se tornam mais rarefeitas na narrativa. Os capítulos descrevem e analisam como os abolicionistas incentivaram, abriram espaços e debateram, em meio aos novos arcabouços legais emancipacionistas, as fugas dos escravizados que, segundo mostra o autor, aumentaram nessa conjuntura.

A parte três começa com um bom capítulo sobre a Colônia Benevides (pp. 251-291). Tendo sido construída para ser uma colônia de livres estrangeiros, paulatinamente migrou, com o perdão do trocadilho, para uma colônia ocupada por nacionais, durante o final do século XIX. Essa transformação aconteceu, dentre outras coisas, pelo fato de que os franceses, maioria na colônia, e outros homens e mulheres de outras nacionalidades, foram abandonando seus postos de trabalho agrícola e, paralelamente, ocorreu a migração forçada de cearenses devido às grandes secas daqueles anos no Nordeste brasileiro.

Muitos trabalhadores daquela região, mais especificamente do Ceará,

foram em busca de trabalho em outros lugares, sendo um dos destinos o Pará, já que havia, naquele contexto, a expansão dos seringais. Acontece que o Ceará vivia, nas palavras do autor, uma conjuntura abolicionista popular, que influenciou a conjuntura abolicionista do Pará, e causou um acontecimento importante para os escravizados com planos ou já em rota de fuga: o 5º Batalhão, famoso no Ceará devido ao seu abolicionismo, foi transferido para Belém por incitar esta causa nas terras nordestinas. Ao chegar em seu destino, o batalhão não se fez de rogado e fundou uma sociedade abolicionista no Pará. Os cearenses, que estavam em grande número na colônia, se uniram à causa de seu batalhão, influenciando outros colonos nacionais e estrangeiros que ali ainda viviam, a fundarem na própria colônia uma organização abolicionista.

O primeiro grande ato pró-abolicionista na Colônia Benevides foi a alforria de seis escravos que lá habitavam (p. 251-270). A colônia, obviamente, virou um farol para os fugidos e os que pretendiam fugir; lá, encontravam guarida e possibilidade de viver como que em liberdade.

Depois, somos apresentados a outras sociedades abolicionistas do Pará, entre elas a Comissão Central de Redenção de Belém, o Club Amazônia, a Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos e a Liga Redentora – cada qual com ênfases diferentes, atuando mais dedicada-mente em questões mais específicas nas trincheiras do abolicionismo, ora defendendo o direito do escravo de fugir dos abusos, em outros momentos exercendo pressão sobre os governos provinciais de que o papel da polícia não era o de correr atrás de escravizado fugitivo, ora abrindo processos na Justiça para libertar os fugidos que, comprovadamente, não haviam sido matriculados pelos senhores após a Lei de 1871. Aparecem nos capítulos dessa parte os jornais populares, as narrativas, sobretudo abolicionistas, a respeito de sevícias não mais toleradas pelas leis de Estado – que justificariam prisões de senhores e trocas de senhores pelo escravizado fugido –, além de apelos direcionados aos escravizados com dizeres “FUJAM”, e poesias e contos enaltecedores de fugas..., mas os escravizados em fuga aparecem bem pouco.

O livro, nessa altura, parece ser outra obra. Onde antes abundavam de forma exageradamente repetitiva os exemplos sobre fugas escravas, nessa parte faltaram. Isso não é, necessariamente, um problema, pois as fugas escravas ainda são o tema central da obra, mas um tema discutido através da pena e razão dos abolicionistas das cidades. Apenas por esse motivo pode ser justificado um capítulo inteiro da terceira parte sobre os cortiços de Belém, já que nele só aparecem descrições horríveis, até mesmo por parte dos abolicionistas e de seus jornais, como uma espécie de campanha difamatória contra eles, vistos como moradias perniciosas para os escravizados fugitivos. Essa parte, diferente das demais, não se esmera em achar a lógica dos escravizados nas suas relações com o abolicionismo, mas os abolicionistas falando pelos escravizados em fuga.

Essa situação, que não necessariamente é um problema, repito, parece ter sido criada pela opção da “anunciologia” na forma de abordagem do tema. O autor, ao longo de todo o livro, narra as fugas através de jornais, e elas são abundantes, porque o que estava em questão, sobretudo até a década

de 1860, segundo o recorte do próprio autor, era uma sociedade que precisava restabelecer a autoridade senhorial após a Cabanagem. Então, proliferam anúncios de escravizados fugidos, relatos de problemas causados por esses escravizados e anúncios de premiação pela restituição da propriedade – isto é, sobre o controle senhorial. Com o aumento do consenso social em torno da necessidade de pôr fim à escravidão, como as diversas leis que restringiram muitas tradições de controle escravistas, e também outras medidas como as que limitavam a participação da polícia na busca de escravizados e a proliferação dos jornais abolicionistas, o espaço de denúncia das fugas no Pará parece ter diminuído. Assim, a fonte principal, os anúncios, deixaram de existir e o que sobraram foram os debates abolicionistas.

Acrescenta-se a essa situação o fato de o autor ter usado como fonte, ao longo da terceira parte, basicamente o jornal *Diário de Notícias*, um jornal abolicionista; logo, os anúncios para resgate de escravizados fugidos ali não teriam lugar. Mas a fala abolicionista, sim. O uso dos jornais levou o autor a um debate sobre fugas sem fugitivos, a não ser

quando narrados pela razão e segundo a trama dos abolicionistas.

Muito pouco sabemos do lado oposto ao abolicionismo – seus jornais não nos foram apresentados. Talvez os fugitivos aparecessem mais no campo inimigo, antiabolicionista, denunciando as desordens e o caos proporcionado pelas análises políticas dos escravizados naqueles tempos mais abertos às ousadias em busca da liberdade. Essa, pelo menos, é a tônica da bibliografia do Sudeste quando os senhores das grandes *plantations* do café denunciavam, expunham e cobravam as autoridades a respeito dos “planos e pânico” e das “ondas negras” nos últimos anos do escravismo. Ali, ficamos sabendo da agitação escrava que criava levas de comunidades volantes a invadirem as cidades e temos uma dimensão mais exata do papel dos movimentos sociais escravos na tensão que gerou no escravismo, diferente da última parte do livro *Fugindo, sempre fugindo*.

O autor, na conclusão, afirma que sua ideia “no princípio da pesquisa [era de] estudar amiúde a participação dos escravos no movimento abolicionista, através de fugas escravas, procurando perceber como se davam

as relações entre cativos e sociedades emancipadoras na luta contra o cativo” (p. 333), mas que abandonou essa ideia, que teve, a meu ver, resultado parcialmente alcançado, e decidiui se debruçar sobre os anos anteriores para melhor entender o longo processo que chegou até o fim da década de 1880. Essa divisão cronológica que estruturou a concepção do livro, a meu ver, é responsável por dois problemas dessa obra: 1) a repetição de muitos casos, bastante semelhantes, que ganham novas explicações apenas porque estão em conjunturas diferentes, e que poderiam ser organizados tematicamente (a organização temática, por exemplo, a respeito das fugas fluviais, que aparecem algumas vezes, em momentos diferentes do livro, poderia ressaltar melhor quais seriam as continuidades e rupturas sobre os usos dos rios, utilizando, assim, fontes mais precisas e não tantos casos em conjunturas diferentes); e 2) uma concepção teleológica em que as fugas escravas crescem no período, supostamente, menos politizado para outro mais politizado, a fase da campanha abolicionista.

Fugir nas décadas de 1840 até 1860 implicava

em viver com incertezas nas fronteiras da liberdade, na medida em que somente a partir da década de 1860 as fugas escravas marcadas pela busca da liberdade no próprio cotidiano da escravidão viriam a adquirir novos contornos e significados, constituindo-se formas e estratégias fundamentais de luta e resistência escrava no processo de desconstrução do cativeiro, no bojo do abolicionismo (p. 116).

O contexto de 1840 não foi, segundo o autor, de lutas no “cotidiano da escravidão”, mas nem por isso suas lutas abertas, guerrilheiras, não objetivavam o fim do cativeiro e não deixaram lições de resistências, ainda que algumas mostrassem que um passo atrás, às vezes, precisava ser dado para as fugas continuarem a existir. Até onde compreendi, no pós-1840 aconteceu uma onda política conservadora, buscando rastrear escravizados fugidos, muitos dos quais ocupavam postos de luta ao lado dos grupos sociais subalternos. Mas não foram essas fugas que produziram algumas das maiores

alianças escravas, no sentido de uma frente multirracial, contra a escravidão, expressa no surgimento de diversos mocambos, como narrou o próprio autor? Mocambos estes, fundamentais no cotidiano das negociações de liberdade, quando trocavam, vendiam e prestavam serviços a senhores escravistas, ou mesmo gente pobre das pequenas vilas e distritos do Pará.

Esses problemas que aqui aponte não ofuscam o ineditismo de uma obra de fôlego tão prolongado sobre as fugas escravas. Essas críticas são fundadas na própria régua que o autor nos sugere ao longo da leitura do seu texto: uma radical compreensão do papel que os escravizados tiveram no desmonte do escravismo em lutas persistentes, multifacetadas, polifônicas, com temporalidades diversas e com a colaboração de tantos parceiros, sob a lógica e a inteligibilidade dos escravizados, que, agora, têm mais um livro para engrandecer a história de resistência e sobrevivência dos afrodescendentes do Brasil.

Igor Gomes Santos  

*Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Bahia*

doi: 10.9771/aa.v0i68.57662